

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES ADAPTADAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS FINAIS

Ana Paula de Sousa¹

Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender a importância das atividades adaptadas para os estudantes com deficiência no ensino fundamental nos anos finais, diante das adaptações curriculares e metodológicas que influenciam positivamente o desempenho escolar. A pesquisa assegura que esses estudantes tenham pleno acesso ao conhecimento por meio de práticas que promovam o aprendizado significativo e respeitem suas individualidades. Adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando como métodos a revisão bibliográfica de documentos oficiais, artigos científicos, além de entrevistas com professores, alunos. A pesquisa bibliográfica e documental envolveu revisão de literatura recente, com fundamentos de Mantoan (2003), Sassaki (1997), Booth e Ainscow (2002), Vygotsky (1997), entre outros autores que contribuíram com o embasamento do estudo, tratando a inclusão como um processo contínuo. Diante disso, verificou-se que as atividades adaptadas tornam-se uma das ferramentas essenciais nesse processo, identificando as principais estratégias de adaptação utilizadas por professores, seus impactos no engajamento e na aprendizagem dos estudantes, além de levantar os desafios enfrentados no cotidiano escolar. Dessa forma, a relevância da investigação está pautada na necessidade de consolidar práticas inclusivas, considerando os princípios da equidade e valorização da diversidade no ambiente educacional. Com base nisso, constatou-se a seguinte conclusão: percebe-se que as atividades adaptadas não apenas ampliam as oportunidades de aprendizagem para estudantes com deficiência, mas também enriquecem o processo educacional ao promover uma cultura de inovação pedagógica e transformação do ensino. Assim, fica evidente que investir em práticas adaptadas é um passo indispensável rumo a uma educação mais justa e igualitária. Essas práticas contribuem para a construção da cultura educacional mais inclusiva e equitativa.

Palavras-Chave: Inclusão, Acessibilidade, Ensino adaptado, Educação especial, Equidade.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as escolas brasileiras têm vivenciado transformações

¹Mestranda em ciências da educação pela Christian Business School-CBS, sousa.anna10@hotmail.com;

² Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neide-silva96@hotmail.com.



significativas impulsionadas pelo processo de democratização do ensino. Compreender e exercer a docência por meio de práticas que promovam uma educação verdadeiramente inclusiva e que atendam às novas perspectivas de qualidade educacional constitui um dos maiores desafios enfrentados pelos professores contemporâneos. As mudanças trazem consigo insegurança e instabilidade, demandando reorganização constante e adaptação profissional. Naturalmente, existe resistência diante daquilo que nos desestabiliza e, sem dúvida, as propostas inclusivas geraram considerável desconforto e resistência entre os educadores no passado. Contudo, o cenário atual apresenta avanços notáveis: estudantes com deficiência, que anteriormente eram excluídos do sistema regular de ensino, encontram-se hoje matriculados e frequentando as escolas comuns.

Entretanto, a presença física desses alunos nas instituições não assegura sua plena inclusão nem garante condições adequadas para que avancem em seus processos de aprendizagem. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular ainda demanda reflexão crítica e reestruturação, a fim de atender às particularidades e necessidades específicas de cada educando. Para que essa inclusão se efetive plenamente, torna-se fundamental a construção de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) elaborado de forma colaborativa, envolvendo todos os segmentos vinculados às instituições educacionais. Esse documento norteador deve contemplar a diversidade presente nas escolas por meio de um currículo capaz de responder às diferentes situações contextuais, tendo como objetivo central o desenvolvimento integral e a socialização de todos os estudantes.

Marchesi (2004, p. 39) ressalta que:

Um currículo centrado fundamentalmente nos conteúdos conceituais e nos aspectos mais acadêmicos, que propõe sistemas de avaliação baseados na superação de um nível normativo igual a todos, lança ao fracasso alunos com mais dificuldades para avançar nestes âmbitos. Os currículos mais equilibrados, nos quais o desenvolvimento social e pessoal também tem importância e em que a avaliação seja feita em função do progresso de cada aluno, facilitam a integração dos alunos. (MARCHESI, 2004, p. 39).

Segundo o autor, essas são as razões que motivaram a busca por subsídios mais consistentes sobre como os professores do ensino regular podem efetivamente contribuir para que estudantes com deficiência concluam a Educação Básica com êxito.

As adaptações curriculares no processo de inclusão escolar constituem instrumento central de discussão apresentado nesta pesquisa, possibilitando compreender que sua realização representa o caminho viável para o sucesso educacional dos estudantes



com deficiências inseridos no ensino regular.

A presente pesquisa destaca a relevância das contribuições de Vygotsky sobre o desenvolvimento cultural na abordagem inclusiva e discute a complexidade inerente à formação docente, ressaltando a necessidade de conhecimento aprofundado sobre as peculiaridades dos alunos com deficiência. As reflexões desenvolvidas abordam a importância de superar práticas tradicionais excludentes, como o isolamento do estudante incluído, e promover uma mudança paradigmática na perspectiva educacional para atender efetivamente à diversidade discente.

Esta investigação tem como objetivo principal compreender a importância das atividades adaptadas para estudantes com deficiência no Ensino Fundamental Anos Finais, considerando como as adaptações curriculares e metodológicas influenciam positivamente o desempenho escolar desses educandos.

Os professores reconhecem o valor inestimável que a escola representa para esses estudantes, expressando com propriedade que representa o caminho para vida digna. Contudo, esses mesmos profissionais necessitam de apoio institucional e valorização profissional para desempenharem adequadamente a função social da escola: transformar vidas das pessoas por meio da construção do conhecimento.

A importância do trabalho articulado entre o professor regente, o profissional de apoio pedagógico e o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na inclusão de alunos com deficiência é notória em diversos aspectos educacionais e sociais. Sendo assim, faz-se necessário que essa parceria seja fortalecida e que as atribuições de cada profissional sejam desenvolvidas de forma integrada, visando à melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, adotou uma abordagem bibliográfica e documental para investigar as práticas de adaptação de atividades pedagógicas destinadas a estudantes com deficiência nos anos finais do ensino fundamental. O estudo incluiu revisão de literatura recente, complementada por entrevistas e estudo de caso, com o objetivo de assegurar que esses estudantes tenham pleno acesso ao conhecimento por meio de práticas que promovam aprendizagens significativas e respeitem suas individualidades.

A produção de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas,



conduzidas com dois professores e dois estudantes de uma escola da rede municipal de ensino. O roteiro de entrevista foi elaborado com questões abertas, permitindo aos participantes expressarem suas experiências e percepções sobre o processo de adaptação de atividades. Segundo Gil (2017), a utilização de entrevistas semiestruturadas para coletar informações apresenta vantagens significativas, como a garantia do anonimato das respostas e a possibilidade de atingir um maior número de pessoas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Importância do Trabalho do Professor Regente e do Professor de Atendimento Educacional Especializado na Inclusão de Alunos com Deficiência

O acompanhamento pedagógico de alunos com deficiência deve ser desenvolvido mediante parceria efetiva entre o professor do AEE, o professor regente e o apoio pedagógico, fortalecendo a inclusão e garantindo que o aprendizado seja fundamentado nos conteúdos curriculares abordados com todos os alunos. Essa articulação promove equidade no aprendizado: o professor regente adapta as atividades para que o apoio pedagógico possa auxiliar adequadamente o aluno com deficiência, enquanto o professor do AEE realiza adaptações específicas para que o educando tenha as mesmas oportunidades de aprendizagem, porém de forma ajustada às suas necessidades particulares.

Evidencia-se, ainda, que a participação familiar é indispensável para o processo educacional dos alunos com deficiência. O papel da família reforça as práticas de ensino quando pais ou responsáveis acompanham as atividades propostas pelos professores, estabelecendo uma parceria mútua que potencializa o desenvolvimento do aluno. Esse acompanhamento familiar garante que a educação seja vivenciada não apenas no ambiente escolar, mas também no contexto doméstico, ampliando as oportunidades de aprendizagem.

É evidente que desafios permearão o caminho da inclusão. Todavia, faz-se necessário que as escolas disponham de ambientes adequados para o atendimento educacional de alunos com deficiência, além de estrutura física apropriada que garanta acessibilidade plena. Do ponto de vista da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 10), o atendimento do professor do AEE:



Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2008, p. 10).

Pode-se afirmar que as atividades desenvolvidas pelo professor no AEE não se caracterizam como reforço escolar ou mera extensão do ensino regular. Trata-se de um trabalho diferenciado e complementar, que contribui significativamente para o processo formativo dos alunos, preparando-os para além dos muros escolares.

Aceitar as diferenças significa defender que cada pessoa é única em sua singularidade. Trabalhar a inclusão deixará de ser um desafio quando as diferenças forem acolhidas com naturalidade, quando o preconceito deixar de constituir obstáculo que impede ultrapassar barreiras e enxergar o outro como ele realmente é: uma pessoa com desafios, mas também com imenso potencial. Lima (2024, p. 5) ressalta que "o AEE emerge como uma forma de assegurar que as instituições educacionais atendam às peculiaridades de cada aluno, como também garante que as mesmas disponham de espaços adequados e adaptados como as Salas de Recursos Multifuncionais".

Uma vez asseguradas essas necessidades primordiais no que se refere ao AEE, será possível garantir um atendimento não somente adequado, mas de qualidade, capaz de gerar resultados satisfatórios não apenas no âmbito escolar, mas também na vida pessoal e profissional do aluno assistido por esse serviço em cada instituição de ensino.

Materiais Adaptados

Adaptar o método de ensino às necessidades individuais de cada aluno constitui procedimento fundamental na prática educacional de todo educador. Como destaca Aranha (2000), "a efetividade do ensino está intrinsecamente ligada à capacidade do professor em identificar e atender às distintas formas de aprendizado de seus alunos". Conforme a autora, faz parte da responsabilidade docente buscar estratégias que se alinhem às características e necessidades específicas de cada estudante. Assim, a adaptação e construção de materiais didáticos para o ensino de estudantes com deficiência emerge como componente essencial na construção de um ambiente educacional inclusivo e efetivo.



É fundamental trabalhar com abordagem individualizada junto aos alunos com deficiência, reconhecendo suas características únicas e adaptando as práticas educacionais para atender a cada estudante. O material didático adaptado desempenha papel crucial como recurso de apoio técnico, permitindo que alunos com deficiência superem barreiras de comunicação e mobilidade, contribuindo para uma educação inclusiva que valoriza as particularidades de cada educando.

Segundo o MEC, por meio da Secretaria de Educação Especial (2002, p. 08):

O material didático-pedagógico adaptado se coloca, por definição, entre as ajudas técnicas, ou seja, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais, ou mentais da pessoa com deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade (MEC, Secretaria de Educação Especial, 2002, p. 08)

Essa concepção destaca a importância desses recursos na promoção da acessibilidade e inclusão, fornecendo o suporte necessário para que os alunos com deficiência possam participar ativamente do processo educacional. Ao adaptar as atividades escolares conforme as necessidades específicas de cada estudante, o professor desempenha papel significativo na criação de um ambiente educacional que respeita e valoriza a diversidade.

Diante disso, torna-se evidente que o material didático adaptado não é apenas um complemento no contexto educacional inclusivo, mas uma ferramenta fundamental para assegurar que todos os alunos, independentemente de suas limitações funcionais, tenham igualdade de oportunidades e acesso ao conhecimento. Sua inserção efetiva no processo de ensino contribui não apenas para a superação de desafios individuais, mas também para o fortalecimento da educação inclusiva como um todo.

O reconhecimento e a incorporação adequada das atividades adaptadas representam passos essenciais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, alinhada com os preceitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que estabelece a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e ao Longo da Vida. Essa política, ao orientar práticas necessárias e diferenciadas, visa proporcionar oportunidades iguais a todos, valorizando ao máximo cada potencialidade e eliminando ou minimizando as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do educando na sociedade.

Pinto e Guimarães (2020, p. 5) ressaltam que:

Colocar o aluno como sujeito do processo, conhecendo-se suas necessidades e



promovendo o desenvolvimento cognitivo do aluno são ações pedagógicas que são fundamentais para que se promova a inclusão do estudante. A deficiência não pode mais ser vista como justificativa da estagnação, da discriminação ou exclusão. (Pinto; Guimarães, 2020, p.5)

Conforme os autores, deve-se posicionar o aluno como protagonista do processo educacional, compreendendo suas necessidades e fomentando seu desenvolvimento cognitivo como pilares essenciais para alcançar a inclusão. Como destaca Fernandes (2016, p. 09), permitir que os alunos se tornem sujeitos ativos em sua prática educativa promove autonomia e domínio no trabalho com as atividades escolares. Essa abordagem possibilita a exploração conjunta em um espaço compartilhado de aprendizagem, transformando a percepção, o ensino e a aprendizagem. Enfatiza-se que a deficiência não deve mais ser vista como justificativa para estagnação, discriminação ou exclusão.

As atividades desenvolvidas em sala de aula não precisam ser idênticas para todos os estudantes. É fundamental ter sensibilidade pedagógica para oferecer ao aluno com deficiência tarefas que, embora distintas, permitam alcançar os mesmos objetivos de aprendizagem que os demais. O fundamental é garantir que esse aluno participe ativamente do processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo suas potencialidades e construindo conhecimento de forma significativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de campo foi realizada em uma escola da rede municipal de ensino, com a participação de dois professores e dois estudantes. Optou-se por priorizar os aspectos qualitativos na análise dos dados coletados. O instrumento utilizado contemplou questões descritivas referentes às atividades adaptadas. A fim de preservar a identidade dos participantes, estes serão identificados como Professora 1 (P1), Professora 2 (P2), Aluno 1 (A1) e Aluno 2 (A2). A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos. O primeiro questionamento direcionado aos professores participantes da pesquisa foi:

Você tem alguma dificuldade na elaboração e na produção das adaptações das atividades dos alunos com deficiência? Tem ajuda dos colegas da escola e da própria instituição?

P1	Tenho bastante dificuldade para adaptar as atividades, porque é preciso ter um pensamento bem divergente, a maioria dos meus colegas não adaptam as atividades, mesmo sendo obrigatório.
----	--



	Nunca pedi ajuda específica quanto à adaptação de material, mas já solicitei apoio para o manejo com o aluno em sala de aula.
P2	Eu começo o ano disponibilizando praticamente a mesma atividade para todos os estudantes. Quando percebo que o aluno não conseguiu realizar, adapto um pouco. Se constato que ele não conseguiu nada daquilo, adapto muito mais. Então, é mais fácil trabalhar por sondagem, através de tentativa e erro.

Fonte, elaborada pela autora, 2025.

A resposta da Professora 1 revela dificuldades significativas na elaboração e produção de atividades adaptadas, enfatizando a necessidade de desenvolver um pensamento divergente e criativo para atender às demandas da inclusão escolar. Sua observação de que a maioria dos colegas não realiza adaptações, mesmo sendo uma obrigação legal, aponta para um desafio sistêmico na implementação efetiva de práticas inclusivas no contexto educacional investigado.

A Professora 2, por sua vez, adota uma estratégia pedagógica diferenciada: inicia o ano letivo oferecendo atividades padronizadas para todos os estudantes e, a partir de observações sistemáticas e avaliação contínua do desempenho individual, desenvolve adaptações progressivas e personalizadas. Seu método baseado em sondagem, tentativa e erro, demonstra uma abordagem flexível e centrada no aluno, que se ajusta de forma responsiva às necessidades específicas de cada estudante.

Qual foi o ponto de partida que despertou seu interesse em adaptar as atividades para atender às necessidades de estudantes com deficiências?

P1	É um direito dessas crianças ter atividades adaptadas e permanecerem na escola, sendo atendidas em suas necessidades e respeitadas no seu tempo de aprendizagem.
P2	Na perspectiva da igualdade, as atividades adaptadas devem estar dentro do conteúdo que está sendo ensinado. Já na perspectiva



	da equidade, precisamos entender em que momento do desenvolvimento esse aluno se encontra e propiciar que ele avance dentro do seu próprio tempo.
--	---

Fonte, elaborada pela autora, 2025.

A Professora 1 fundamenta sua motivação para a adaptação de materiais no reconhecimento do direito das crianças com deficiência à educação inclusiva, conforme estabelecido pelo Decreto 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE). Sua resposta evidencia uma compreensão da adaptação como garantia de acesso e permanência escolar com qualidade.

A Professora 2 estabelece uma distinção importante entre as perspectivas de igualdade e equidade ao adaptar atividades para alunos com deficiências. Segundo Moragas (2022), a igualdade é fundamentada na universalidade, defendendo que todos devem seguir as mesmas regras e ter os mesmos direitos e deveres, enquanto a equidade reconhece que não somos todos iguais e que é necessário ajustar esse desequilíbrio. Diante disso, a professora demonstra compreender a necessidade de uma abordagem mais equitativa, que considere o desenvolvimento individual de cada estudante.

Os quadros a seguir mostram o resultado da entrevista com 2 alunos entrevistados.

Como é seu relacionamento com seus colegas de sala e quanto às atividades trabalhadas em sala de aula?

A1	Normal. Meus colegas me tratam normalmente. Quanto às atividades, os professores passam atividades diferenciadas em relação aos meus colegas.
A2	Alguns me tratam normal, outros percebo que tratam com indiferença. Quanto às atividades, os professores trazem atividades diferentes dos outros alunos.

Fonte, elaborada pela autora, 2025.



Os depoimentos evidenciam que os estudantes apresentam uma autopercepção positiva em relação aos colegas de classe e aos processos de ensino e aprendizagem vivenciados por eles. O Aluno 1 demonstra uma percepção de aceitação plena no ambiente escolar, enquanto o Aluno 2 revela maior sensibilidade às diferenças de tratamento por parte de alguns colegas. Ambos reconhecem que recebem atividades diferenciadas, o que indica a presença de práticas adaptativas no cotidiano escolar.

Você gosta de participar de atividades extraclasse, ou seja, atividades recreativas?

A1	Sim, gosto de competir com meus colegas.
A2	Não.

Fonte, elaborada pela autora, 2025.

Os depoimentos revelam perspectivas distintas quanto à participação em atividades recreativas. O Aluno 1 demonstra interesse e disposição para participar de atividades competitivas com seus pares, sinalizando integração social. Já o Aluno 2 expressa resistência ou desinteresse por tais atividades. Essas respostas reforçam a importância de uma perspectiva pedagógica inclusiva que possibilite a todos vivenciar as diversas possibilidades presentes nas práticas pedagógicas, considerando a singularidade de cada sujeito e respeitando suas escolhas e preferências individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de estudantes com deficiência constitui um imperativo ético e pedagógico para a construção de uma educação verdadeiramente democrática e acessível. Como ressalta Moragas (2022), a efetivação desse processo depende da garantia de direitos equitativos e da criação de condições que favoreçam interações sociais significativas, aprendizagens compartilhadas e oportunidades plenas de desenvolvimento.

A implementação de atividades adaptadas no ensino fundamental anos finais revela-se estratégia essencial para materializar a inclusão, transcendendo o mero acesso físico ao ambiente escolar. Tais práticas exigem o reconhecimento da diversidade como princípio educativo, contemplando aspectos cruciais como a diversificação metodológica, o fortalecimento das relações interpessoais, a desconstrução de estigmas, a atenção



individualizada às necessidades educacionais específicas, a garantia de acessibilidade integral, a formação continuada dos profissionais e o estabelecimento de redes de apoio multidisciplinar.

Nesse contexto, os educadores assumem papel central, demandando não apenas qualificação técnica, mas também sensibilidade para compreender as singularidades de cada estudante. Empatia, comunicação acessível, flexibilidade pedagógica e paciência emergem como competências indispensáveis. Paralelamente, a adequação dos espaços escolares — incluindo ambientes sensorialmente equilibrados e recursos comunicacionais diversificados — mostra-se fundamental para proporcionar experiências educativas significativas. A verdadeira inclusão, portanto, materializa-se na participação ativa e autônoma dos estudantes em todas as dimensões da vida escolar, o que requer articulação permanente entre escola, família e profissionais de saúde.

Conclui-se que as atividades adaptadas não apenas ampliam horizontes de aprendizagem para estudantes com deficiência, mas transformam o próprio fazer pedagógico, estimulando a inovação e a reflexão sobre práticas educacionais. Investir em adaptações curriculares e metodológicas representa, assim, compromisso inadiável com a justiça social e a equidade educacional. Mais do que estratégias pontuais, essas práticas fundamentam a construção de uma cultura escolar genuinamente inclusiva, na qual a diversidade é reconhecida como valor e potência, e onde todos os estudantes encontram condições para desenvolver plenamente suas capacidades e participar ativamente da construção de seus conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão social e municipalização**. In: MANZINI, E. J. (Org.). Educação especial: temas atuais. Marília: Unesp Publicações, 2000.

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Vida. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola**: Alunos com necessidades educacionais especiais/Adaptação Curriculares de Pequeno Porte. Brasília: MEC/SEESP, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/construindo.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index for inclusion: developing learning and participation in schools**. Bristol: CSIE, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e ao Longo da Vida**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 out. 2020.



BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Crianças terão de ir à escola a partir do 4 anos de idade. Educação Básica. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/18563-criancas-terao-de-ir-a-escola-a-partir-do-4-anos-de-idade>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: introdução. 1. ed. Brasília: MEC, 1998.

FERNANDES, E. M. Construtivismo e educação inclusiva. São Paulo: Contexto, 2016.

FERNANDES, S. H. A.; HEALY, L. Rumo à Educação Inclusiva: reflexões sobre nossa jornada. Revista de Ensino de Ciência e Matemática (REnCiMa), v. 7, n. 4, p. 28-48, 2016.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, A. B. O papel do AEE na inclusão escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 30, n. 2, p. 1-10, 2024.

LIMA, E. M. S. O Professor de sala de recursos multifuncional e o Atendimento Educacional Especializado. Anais CIET: Horizonte, São Carlos, v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/2859>. Acesso em: 05 ago. 2025.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARCHESI, A. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 31-48.

MORAGAS, R. F. Equidade e igualdade na educação inclusiva: reflexões sobre práticas pedagógicas. Revista Educação e Diversidade, v. 18, n. 2, p. 45-62, 2022.
PINTO, G. U.; GUIMARÃES, M. R. Educação inclusiva: desafios e perspectivas. Revista de Educação, v. 15, n. 3, p. 1-8, 2020.

PINTO, G. M. F.; GUIMARÃES, A. B. O Processo de Construção de um Material Educacional na Perspectiva da Educação Matemática Inclusiva para um Aluno Autista. Revista Baiana de Educação Matemática, Bahia, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/baeducmatematica/article/view/10317>. Acesso em: 31 jul. 2025.



SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia: obras completas**. Tomo V. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

